

Aula 13

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Direito Processual Penal -
2025 (Pós-Edital)*

Autor:

Marcella Mendes

29 de Maio de 2025

Índice

1) O que é mais cobrado dentro do assunto - HC e MS - Concursos	3
2) Roteiro de Revisão - HC e MS	4
3) Aposta Estratégica - HC	21
4) Questões estratégicas - HC - Instituto AOCP	23
5) Questionário de revisão - HC	28
6) Lista de Questões estratégicas - HC - Instituto AOCP	33



O que é mais cobrado dentro do assunto?

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual.

Tópico	% de cobrança concursos
Jurisprudência	60%
Legitimados	25 %
Classificação, espécies	10 %
Competência	5%



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

1. As bancas, de forma geral, apresentam questões objetivas redigidas de forma clara e mais direta, não se olvidando da cobrança do texto legal e de alguns aspectos doutrinários e jurisprudenciais. O forte, entretanto, continua sendo a lei seca. Dessa forma, sugerimos a leitura atenta dos artigos 647 ao 667 do Código de Processo Penal. Leia e releia tais dispositivos, atentando-se aos seguintes pontos, buscando memorizá-los aos poucos (a memorização virá com o tempo, não se preocupe em decorar de uma só vez tudo).

Habeas corpus. É uma **ação autônoma de impugnação**, com previsão constitucional (artigo 5º, LXVIII, da CF), cujo objetivo é a **preservação ou o restabelecimento da liberdade de locomoção**, que, por algum motivo, foi **ilegalmente violada ou está sendo ameaçada**.

Atenção: O habeas corpus, no Código de Processo Penal, é previsto no título que trata dos recursos (artigos 647 a 667 do CPP). Contudo, você deve saber que ele **não possui natureza jurídica de recurso**.

O habeas corpus é classificado da seguinte maneira:

- **Repressivo ou liberatório:** É utilizado caso o **constrangimento ilegal** da liberdade de locomoção já tenha ocorrido. Neste caso, conforme o artigo 660, § 1º do CPP, se a ordem for concedida, será expedido **alvará de soltura**.
- **Preventivo:** É utilizado no caso de existir receio de **constrangimento ilegal** à liberdade de locomoção. Observe: o receio **deve ser sério e concreto**. Neste caso, concedida a ordem, expede-se o **salvo-conduto**, conforme o § 4º do artigo 660 do CPP.
- **Profilático:** É destinado a suspender atos processuais ou medidas que, no futuro, possam importar em prisão com aparência de legalidade, porém se proferida será fruto de uma ilegalidade anterior. Assim, o habeas corpus profilático visa a frear a potencialidade de que um constrangimento venha a ocorrer.



De acordo com o artigo 647 do CPP, será concedido habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, com exceção dos casos de punição disciplinar.

O que seria essa coação ilegal ou constrangimento ilegal? A resposta está no artigo 648 do CPP. Assim, é importante a leitura das hipóteses de constrangimento ilegal.

Art. 648. A coação considerar-se-á **ilegal**:

I - quando não houver justa causa;

II - quando alguém estiver preso por mais tempo do que determina a lei;

III - quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo;

IV - quando houver cessado o motivo que autorizou a coação;

V - quando não for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei a autoriza;

VI - quando o processo for manifestamente nulo;

VII - quando extinta a punibilidade.

Atenção: A jurisprudência tem condicionado algumas situações para o reconhecimento de excesso de prazo na prisão, artigo 648, II do CPP. É importante que você conheça o teor das súmulas 21, 52 e 64 do STJ.

Súmula 21 - **Pronunciado** o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução. (Súmula 21, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 06/12/1990, DJ 11/12/1990)

Súmula 52 - **Encerrada a instrução criminal**, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo. (Súmula 52, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 17/09/1992, DJ 24/09/1992)

Súmula 64 - Não constitui constrangimento ilegal o **excesso de prazo na instrução, provocado pela defesa**. (Súmula 64, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 03/12/1992, DJ 09/12/1992 p. 23482)

Atenção: Na jurisprudência é pacífico que o habeas corpus não pode ser manejado como sucedâneo da revisão criminal à ausência de ilegalidade flagrante em condenação transitada em julgado.



Atenção à alteração legislativa feita em **2024** e que pode ser cobrada em provas!

Art. 647-A. No âmbito de sua competência jurisdicional, qualquer autoridade judicial poderá expedir **de ofício** ordem de habeas corpus, individual ou coletivo, quando, no curso de qualquer processo judicial, verificar que, por violação ao ordenamento jurídico, alguém sofre ou se acha ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção. *(Incluído pela Lei nº 14.836, de 2024)*

Parágrafo único. A ordem de habeas corpus poderá ser concedida de ofício pelo juiz ou pelo tribunal em processo de competência originária ou recursal, **ainda que não conhecidos a ação ou o recurso em que veiculado o pedido de cessação de coação ilegal.** *(Incluído pela Lei nº 14.836, de 2024)*

Os sujeitos do habeas corpus são: paciente, coator e impetrante.

- **Paciente:** é quem sofre ou é ameaçado de sofrer o constrangimento ilegal. **Somente pessoas físicas** podem ser pacientes de habeas corpus.
- **Coator:** pode ser tanto uma **autoridade** quanto um **particular**, uma vez que a Constituição Federal prevê que a violência ou a coação de liberdade de locomoção se dá por ilegalidade ou abuso de poder. O abuso de poder somente pode ser praticado por autoridade, mas a ilegalidade pode ser praticada tanto por um particular quanto por uma autoridade.
- **Impetrante - artigo 654 do CPP:** Qualquer pessoa do povo pode impetrar um habeas corpus em favor de outrem e, inclusive o próprio paciente em seu favor.

Atenção: Pessoa jurídica pode impetrar habeas corpus em favor dos sócios, a petição deve ser assinada pelos representantes legais da pessoa jurídica.

Atenção: O Ministério Público pode impetrar habeas corpus em favor de outrem.

Os requisitos para a petição do habeas corpus estão dispostos no § 1º do artigo 654 do CPP.

Art. 654. (...)

§ 1º A petição de **habeas corpus** conterá:

- a) o nome da pessoa que sofre ou está ameaçada de sofrer violência ou coação e o de quem exercer a violência, coação ou ameaça;
- b) a declaração da espécie de constrangimento ou, em caso de simples ameaça de coação, as razões em que funda o seu temor;
- c) a assinatura do impetrante, ou de alguém a seu rogo, quando não souber ou não puder escrever, e a designação das respectivas residências.



Atenção: A alínea "c" do § 1º do artigo 654 do CPP diz que a assinatura poderá ser a seu rogo. Isso significa que o insano mental, o menor e até mesmo o analfabeto, atendendo-se sempre a razoabilidade, podem impetrar habeas corpus.

É possível o pedido liminar no habeas corpus? Apesar de não existir previsão legal, a jurisprudência está consolidada no sentido de ser possível a concessão de medida liminar, se presentes o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*. Atente-se que o deferimento ou indeferimento da liminar é irrecorrível e nem mesmo outro habeas corpus pode ser impetrado contra essa decisão, pois haveria supressão de instância. Contudo, o STF reconhece que na hipótese de **flagrante ilegalidade do ato construtivo da liberdade**, é possível a impetração de habeas corpus contra o indeferimento de pedido liminar.

Vamos falar agora da competência para o julgamento de habeas corpus. A previsão geral encontra-se no artigo 650 do CPP. É competente para o julgamento do habeas corpus:

- O juiz ou colegiado de tribunal em relação a violência ou coação proveniente de autoridade ou órgão do poder judiciário de inferior hierarquia.
- O juiz em relação a constrangimento ilegal realizados por autoridades vinculadas a outros poderes e por particulares. Exceção: pessoas com prerrogativa de foro.
- Juiz de direito contra ato de delegado de polícia de sua comarca.
- Se o coator for promotor de justiça, a competência para julgamento será do tribunal que tenha competência para julgá-lo.
- Se o coator for magistrado do juizado especial criminal a competência para julgamento será da turma recursal.
- Se o coator for a turma recursal do juizado especial criminal a competência para julgamento será dos tribunais de justiça ou dos tribunais regionais federais, conforme o caso.



E com relação as competências previstas na Constituição Federal? Com relação a elas, vou elucidar com um quadro para melhor visualização e facilidade para decorá-lo, retirado do livro do Professor Norberto Avena.

Competência para Julgamento	Paciente/Coator	Previsão Constitucional
STF	Quando o paciente for: Presidente ou vice presidente da república. Membros do Congresso Nacional. Ministros dos Tribunais superiores. Procurador geral da república. Ministro de Estado. Comandantes das forças armadas. Ministros do TCU. Chefes de missão diplomática em caráter permanente.	Artigo 102, I, "d"
STF	Quando forem coatores Tribunais superiores. Quando forem coatores ou pacientes autoridades ou funcionários cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do STF. Quando se tratar de crimes sujeitos à jurisdição, em uma única instância	Artigo 102, I, "i"



Competência para Julgamento	Paciente/Coator	Previsão Constitucional
STJ	<p>Quando forem coatores ou pacientes: Governadores dos Estados e do Distrito Federal. Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito federal. Membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal. Desembargadores ou juízes dos Tribunais regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho. Membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios. Membros do Ministério Público da União que oficiarem perante Tribunais.</p> <p>Quando for coator: Tribunal sujeito à jurisdição do STJ, Ministros de Estado ou Comandantes da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ressalvadas a competência da Justiça Eleitoral.</p>	Artigo 105, I, "c"
Tribunais Regionais Federais	Quando o coator for juiz federal.	Artigo 108, I, "d"
Juízes federais	Compete-lhes julgar o habeas corpus em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição.	Artigo 109, VII
Tribunais de Justiça e Tribunais Federais	Além da competência ordinária para o julgamento do habeas corpus (contra ato de juízes, promotores etc.), incumbe-lhes também o julgamento do writ impetrado contra ato da Turma Recursal dos Juizados Especiais Criminais.	É posição consolidada no STF que compete aos Tribunais de Justiça do Estado e aos TRFs processar e julgar HC emanado das Turmas Recursais do JEC. Superada assim, a Súmula 690 do STF.



Vamos falar agora sobre o processamento do habeas corpus.

- **Habeas corpus impetrado perante o juiz de direito:**

1. O juiz, ao receber a petição, mesmo sem pedido expresso, examina a possibilidade de conceder liminar.
2. Não havendo a concessão de liminar, se o paciente estiver preso, o juiz pode determinar que ele se apresente no dia e hora marcados. Contudo, a praxe é o pedido de informação para a autoridade coatora.
3. Se for verificado pelo juiz que a coação ilegal cessou, de acordo com o artigo 659 do CPP, ele julgará prejudicado o habeas corpus.
4. Ouvido o paciente, ou, com base no pedido de informações, o juiz decidirá em 24 (vinte e quatro) horas.
5. Se favorável a decisão, o paciente será posto em liberdade, salvo se por outro motivo dever ser mantido na prisão.
6. Se a ilegalidade for a não concessão de fiança, o juiz arbitrará seu valor.

Atenção: A lei não prevê a oitiva do Ministério Público para que o juiz possa decidir.

- **Habeas corpus impetrado perante o tribunal:**

1. Procedimento só se diferencia no tocante de regimentos específicos previstos nos regimentos internos, conforme expõe o artigo 666 do CPP.

É possível a reiteração de habeas corpus visando a cessação do mesmo constrangimento ou a ameaça de constrangimento, desde que os fundamentos NÃO sejam idênticos.

Não é cabível habeas corpus contra decisão condenatória à pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal cuja pena pecuniária seja única cominada. É o teor da Súmula 693 do STF.

Habeas corpus substitutivo de via ordinária recursal. Ocorre quando o impetrante, ao invés de interpor recurso contra a decisão, opta por questioná-lo ajuizando novo habeas corpus dirigido à instância superior.

A jurisprudência se divide sobre o seu cabimento. O STJ e a 1ª Turma do STF não o admitem. Já a 2ª Turma do STF entende cabível a interposição do habeas corpus substitutivo.



O habeas corpus em vigência de estado excepcional, restringe-se ao vício de incompetência ou outros de natureza formal, de modo a mostrar-se flagrantemente ilegal a restrição de liberdade.

Como se impugna a decisão de habeas corpus?

- **Decisão do juiz:** Concessiva ou denegatória enseja **recurso em sentido estrito**.
- **Acórdão proferido pelos Tribunais de Justiça ou TRFs:** Se **denegatório** o sucumbente deve ingressar com **Recurso Ordinário para o STJ**. Porém, se a hipótese for de **concessão**, faculta-se a interposição de **Recurso Especial para o STJ ou de Recurso Extraordinário para o STF**.
- **Decisão proferida pelo STJ, TSE, TST ou TRM:** Se **denegatório**, o sucumbente deve ingressar com **Recurso Ordinário para o STF**. Porém, se a hipótese for de **concessão**, **somente é cabível Recurso Extraordinário para o STF**.
- **Decisões do STF:** Concessivas ou denegatórias **não ensejam recurso**. Contudo, eventualmente podem ensejar vias impugnativas previstas no regimento interno.

Jurisprudências importantes sobre o habeas corpus.

- É possível a impetração de habeas corpus coletivo, mesmo sem previsão legal. A legitimidade para propor são os mesmos do mandado de injunção coletivo (artigo 12 da Lei 13.300 de 2016).
- O órgão jurisdicional pode conceder habeas corpus de ofício. Contudo, ele precisa ser o órgão jurisdicional competente para o julgamento do writ.
- Nada impede que o paciente impetre habeas corpus se o processo estiver suspenso em decorrência de aceitação da suspensão condicional do processo.
- É possível impetrar habeas corpus para questionar imposição de medidas cautelares diversas da prisão.
- A proibição da reformatio in pejus aplica-se ao habeas corpus.
- Não cabe recurso contra a decisão do Ministro Relator que, motivadamente, defere ou indefere liminar de habeas corpus.
- Não cabe habeas corpus para discutir processo criminal envolvendo o artigo 28 (usuário) da Lei de drogas.
- Não cabe habeas corpus para obter autorização de visita ao preso.
- É cabível habeas corpus para questionar a legalidade de medida protetiva da Lei Maria da Penha.



Mandado de Segurança – Considerações Iniciais. De acordo com o artigo 5º, LXIX, da Constituição Federal, o mandado de segurança será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuição do Poder Público.

Art. 5º (.....)

LXIX - conceder-se-á **mandado de segurança** para proteger **direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data**, quando o **responsável pela ilegalidade ou abuso de poder** for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

O mandado de segurança tem **natureza jurídica** de uma ação autônoma de impugnação de natureza cível. No direito processual penal, a ação de impugnação é utilizada de **maneira residual**, ou seja, quando não for cabível habeas corpus ou quando não existir recurso para impugnar uma decisão judicial.

Além da **natureza mandamental**, capaz de fazer cessar uma ilegalidade ou um abuso de poder, o mandado de segurança pode ter **eficácia cautelar**, se fundada no periculum in mora e no fumus boni iuris, **eficácia constitutiva** e, também, **eficácia declaratória**.

O mandado de segurança tem como tutela a proteção de direito líquido e certo, desde que não amparado, como dito acima, por habeas corpus ou habeas data, sempre que por ilegalidade ou abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer uma violação ou existir justo receio em sofrê-la por parte de uma autoridade, conforme dispõe o artigo 1º da Lei 12.016 de 2009.

Art. 1º Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por **habeas corpus** ou **habeas data**, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, **seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça**.



O direito líquido e certo é aquele que pode ser comprovado de plano. O impetrante pode exibir de imediato os elementos de prova que demonstram a certeza e a liquidez dos fatos cujo direito persegue. Caso o lesado não disponha de provas capazes de demonstrar o direito líquido e certo, ele não pode valer do mandado de segurança. Neste caso, ele deve propor ação nas vias ordinárias comuns. Segundo o Supremo Tribunal Federal, Súmula 625, controvérsia sobre matéria de direito não constitui óbice à concessão da segurança.

Súmula 625/STF: "controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança"

Você deve saber que o mandado de segurança possui um **prazo decadencial** para o seu ajuizamento de 120 (cento e vinte) dias contados do dia em que o interessado tomou ciência do ato impugnado, conforme expõe o artigo 23 da Lei 12.016 de 2009. Por se tratar de um prazo decadencial não há que se falar em causas suspensivas ou interruptivas.

Art. 23. O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

Legitimidade.

O legitimado ativo é qualquer pessoa física ou jurídica, podendo ser nacional ou estrangeira, que sofreu constrangimento ilegal em seu direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data. **Na área processual penal**, o mandado de segurança pode ser impetrado pelo Ministério Público, pelo querelante, pelo assistente de acusação, pelo acusado, pelo defensor, bem como por terceiros interessados.

Atenção! Na hipótese de um processo criminal envolver vários acusados e, se proferida uma decisão teratológica contra a qual não caiba recurso, é possível a impetração de mandado de segurança por apenas um dos acusados.

Art. 1º (.....)

Art. 3º O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 30 (trinta) dias, quando notificado judicialmente.



Com relação aos legitimados passivos, o mandado de segurança recai sobre a autoridade responsável pela violência ou ameaça ao direito líquido e certo do impetrante, sendo a autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

Art. 6º A petição inicial, que deverá preencher os requisitos estabelecidos pela lei processual, será apresentada em 2 (duas) vias com os documentos que instruírem a primeira reproduzidos na segunda e **indicará, além da autoridade coatora, a pessoa jurídica que esta integra, à qual se acha vinculada ou da qual exerce atribuições.**

De acordo com o § 1º do artigo 1º da Lei 12.016 de 2009, **equiparam-se às autoridades** os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas, assim como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições.

No processo penal, se o mandado de segurança for utilizado para impugnar uma decisão favorável a defesa, o acusado deve figurar como litisconsorte passivo, devendo ser obrigatoriamente citado, sob pena de nulidade absoluta.

Súmula 701/STF: "No mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra decisão proferida em processo penal, é obrigatória a citação do réu como litisconsorte passivo"

Cabimento. Para ser admitido, o mandado de segurança precisa preencher alguns requisitos, são eles:

- Ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública ou equiparada.
- Violação ou ameaça de violação a direito líquido e certo, desde que não amparado por habeas corpus ou habeas data.

Atenção! A violação deve ser iminente e plausível. Logo, não cabe mandado de segurança quando o risco alegado é hipotético.



Atenção! Não cabe mandado de segurança, conforme a Súmula 266 do STF, contra lei em tese.

Súmula 266: Não cabe mandado de segurança contra lei em tese.

De acordo com o artigo 5º da Lei 12.016 de 2009, não é cabível o mandado de segurança nas seguintes hipóteses:

- De ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- De decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
- De decisão judicial transitada em julgado.

Atenção! A jurisprudência, entretanto, tem admitido a impetração de mandado de segurança contra atos judiciais independentemente da interposição de recurso sem efeito suspensivo quando ocorre violação frontal de norma jurídica, por decisão teratológica, ou nos casos em que a impetração é de terceiro, que não foi parte no feito, embora devesse dele participar, usando a ação para evitar que sobre ele venham a incidir os efeitos da decisão proferida.

Atenção! Se o recurso administrativo estiver impugnando omissão de autoridade, ainda que tenha efeito suspensivo, é cabível mandado de segurança. É o que se extrai da Súmula 429 do STF.

Súmula 429: A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo não impede o uso do mandado de segurança contra omissão da autoridade.

Atenção! De acordo com a Súmula 604 do STJ, o mandado de segurança não se presta para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público.



No âmbito processual penal, são comuns as seguintes hipóteses de impetração de mandado de segurança:

- Pelo ofendido ou sucessores, quando indeferido o pedido de habilitação como assistente de acusação não fundamentado em ilegitimidade ou ausência de capacidade postulatória.
- Trancamento de inquérito policial ou de processo penal, quando seja cominada a infração penal pena exclusivamente pecuniária.
- Em favor de pessoa jurídica.
- Em decisão de sequestro de bens à revelia dos requisitos legais.
- Para garantir o acesso do advogado aos autos do inquérito policial, exceto em relação as diligências em andamento.

Competência. A competência para o julgamento dos mandados de segurança é tratada, em parte, na Constituição Federal, nos artigos 102, 105 e 108.

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

d) o *habeas corpus*, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o *habeas data* contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal.

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

b) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.

Art. 108. Compete aos Tribunais Regionais Federais:

I - processar e julgar, originariamente:

c) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato do próprio Tribunal ou de juiz federal.

Atenção! Nos juizados especiais, de acordo com a Súmula 376 do STJ, compete a turma recursal processar e julgar o mandado de segurança contra ato de juizado especial.



Procedimento. A petição inicial, de acordo com o artigo 319 e 320 do CPC, será apresentada em duas vias. Os documentos que instruírem a primeira via serão reproduzidos na segunda. A petição inicial indicará a autoridade coatora, bem como a pessoa jurídica a que ela integra. A inicial deve ser subscrita por pessoa que possua capacidade postulatória.

O pedido contido no mandado de segurança poderá ser renovado, dentro do prazo decadencial, se a decisão que o denegou não tiver adentrado ao mérito do mandado de segurança.

No caso de urgência há possibilidade, de acordo com o artigo 4º da Lei 12.016 de 2009, o mandado de segurança pode ser impetrado por outros meios.

Art. 4º Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.

§ 1º Poderá o juiz, em caso de urgência, notificar a autoridade por telegrama, radiograma ou outro meio que assegure a autenticidade do documento e a imediata ciência pela autoridade.

§ 2º O texto original da petição deverá ser apresentado nos 5 (cinco) dias úteis seguintes.

§ 3º Para os fins deste artigo, em se tratando de documento eletrônico, serão observadas as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Quando não for o caso de impetração de mandado de segurança; quando lhe faltarem os requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a sua impetração, a petição inicial será desde logo indeferida.

Art. 10. A inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração.

Do indeferimento pelo juiz de primeira instância, de acordo com o § 1º do artigo 10 da Lei 12.016 de 2009, caberá apelação. Quando a competência para o julgamento couber originariamente aos tribunais, do ato do relator caberá agravo ao órgão competente do tribunal.

Art. 10. § 1º Do indeferimento da inicial pelo juiz de primeiro grau caberá apelação e, quando a competência para o julgamento do mandado de segurança couber originariamente a um dos tribunais, do ato do relator caberá agravo para o órgão competente do tribunal que integre.



Não sendo o caso de indeferimento, segue-se o disciplinado no artigo 7º da Lei 12.016 de 2009.

Art. 7º Ao despachar a inicial, o juiz ordenará:

I - que se notifique o coator do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações;

II - que se dê ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito;

III - que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica.

Em se tratando de mandado de segurança com pedido liminar, da decisão que conceder ou denegar a medida liminar caberá agravo ao órgão competente do tribunal que integre.

Art. 7º (.....)

§ 1º Da decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar caberá agravo de instrumento, observado o disposto na *Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil*.

Atenção! De acordo com a Súmula 735 do STF, NÃO cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar. Isso, porque a decisão é interlocutória.

No caso de denegação do mandado de segurança, ou no caso de julgamento do agravo interposto, fica sem efeito a liminar deferida retroagindo os efeitos da decisão contrária, nos termos da Súmula 405 do STF.

Sumula 405 do STF: denegado o mandado de segurança pela sentença, ou no julgamento do agravo, dela interposto, fica sem efeito a liminar concedida, retroagindo os efeitos da decisão contrária.



De acordo com o artigo 8º da Lei 12.016 de 2009, será decretada a perempção ou caducidade da medida liminar **ex officio** ou a requerimento do Ministério Público, quando, concedida a medida, o impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo ou deixar de promover, por mais de 3 (três) dias úteis, os atos e as diligências que lhe cumprirem.

Esgotado o prazo de 10 (dez) dias a que se refere o artigo 7º, I da Lei 12.016 de 2009, o juiz, conforme o artigo 12 da referida lei, ouvirá o membro do Ministério Público, que opinará no prazo de 10 (dez) dias. Com ou sem o parecer do Ministério Público, o juiz deverá proferir decisão em 30 (trinta) dias, na forma do parágrafo único do artigo 12.

Da sentença que denega ou concede a segurança, de acordo com o artigo 14 da Lei 12.016 de 2009, cabe apelação.

Atenção! Concedida a segurança, a sentença estará sujeita OBRIGATORIAMENTE ao DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO.

Se a decisão for proferida em única instância pelos tribunais, cabe recurso especial e extraordinário nos casos legalmente previstos, e recurso ordinário, quando a ordem for denegada.

Art. 18. Das decisões em mandado de segurança proferidas em única instância pelos tribunais cabe recurso especial e extraordinário, nos casos legalmente previstos, e recurso ordinário, quando a ordem for denegada.



De acordo com o artigo 15 da Lei 12.019 de 2009, poderá haver suspensão da execução liminar da sentença.

Art. 15. Quando, a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada ou do Ministério Público e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, o presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso suspender, em decisão fundamentada, a execução da liminar e da sentença, dessa decisão caberá agravo, sem efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte à sua interposição.

§ 1º Indeferido o pedido de suspensão ou provido o agravo a que se refere o caput deste artigo, caberá novo pedido de suspensão ao presidente do tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário.

§ 2º É cabível também o pedido de suspensão a que se refere o § 1º deste artigo, quando negado provimento a agravo de instrumento interposto contra a liminar a que se refere este artigo.

§ 3º A interposição de agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o poder público e seus agentes não prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão a que se refere este artigo.

§ 4º O presidente do tribunal poderá conferir ao pedido efeito suspensivo liminar se constatar, em juízo prévio, a plausibilidade do direito invocado e a urgência na concessão da medida.

§ 5º As liminares cujo objeto seja idêntico poderão ser suspensas em uma única decisão, podendo o presidente do tribunal estender os efeitos da suspensão a liminares supervenientes, mediante simples aditamento do pedido original.

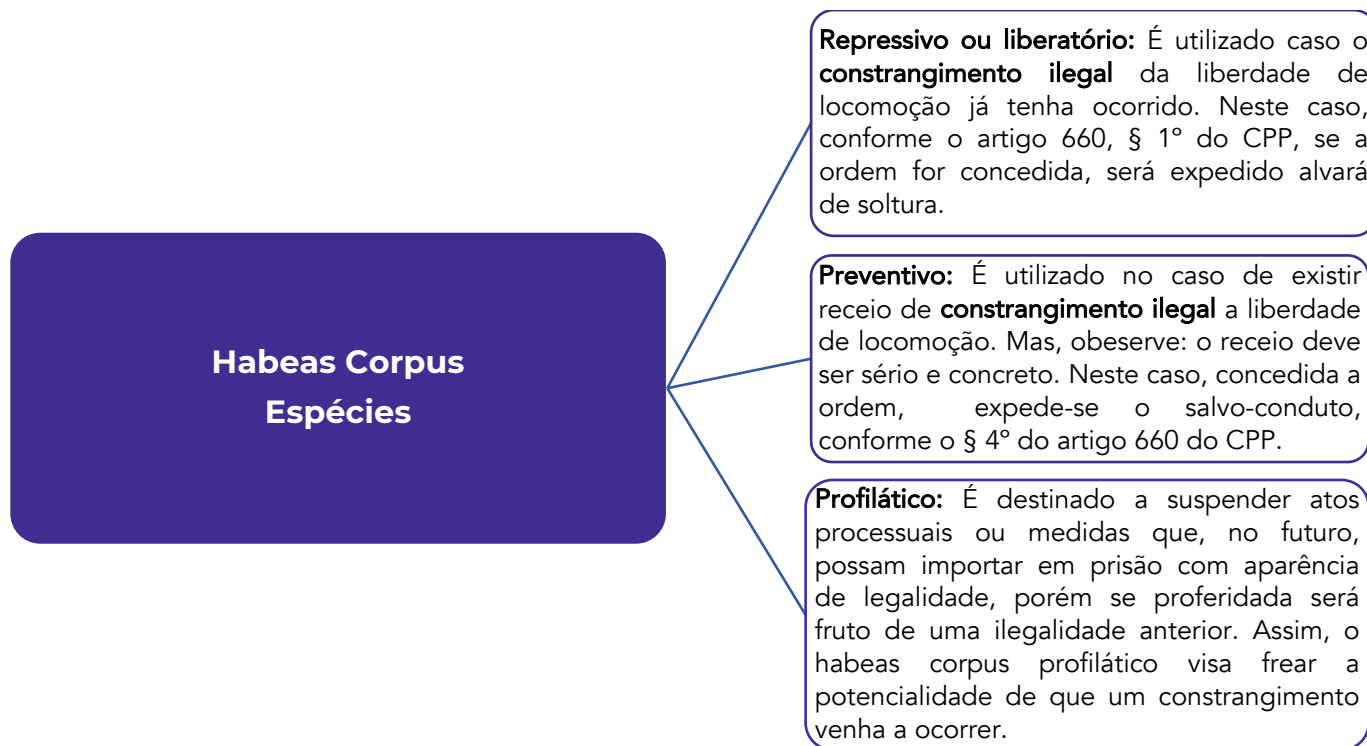
Por fim, você deve saber que não cabem, no mandado de segurança, a interposição de embargo infringente e a condenação ao pagamento de honorários advocatícios. É possível sanção por litigância de má-fé.



APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais¹.

Assim, a aposta estratégica é especialmente importante na sua reta final de estudos. Vamos ao conteúdo da nossa aposta?



¹ Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



Jurisprudências sobre o habeas corpus.

- É possível a impetração de habeas corpus coletivo, mesmo sem previsão legal. A legitimidade para propor são os mesmos do mandado de injunção coletivo (artigo 12 da Lei 13.300 de 2016)
- O órgão jurisdicional pode conceder habeas corpus de ofício. Contudo, ele precisa ser o órgão jurisdicional competente para o julgamento do writ.
- Nada impede que o paciente impetre habeas corpus se o processo estiver suspenso em decorrência de aceitação da suspensão condicional do processo.
- É possível impetrar habeas corpus para questionar imposição de medidas cautelares diversas da prisão.
- A proibição da reformatio in pejus aplica-se ao habeas corpus.
- Não cabe recurso contra a decisão do Ministro Relator que, motivadamente, defere ou indefere liminar de habeas corpus.
- Não cabe habeas corpus para discutir processo criminal envolvendo o artigo 28 (usuário) da Lei de drogas.
- Não cabe habeas corpus para obter autorização de visita ao preso.

É cabível habeas corpus para questionar a legalidade de medida protetiva da Lei Maria da Penha.



QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



1) INSTITUTO AOCP - 2022 - PC-GO - Agente de Polícia - Acerca da ação de ordem de habeas corpus, quando endereçado a órgãos judiciais colegiados em matéria penal, assinale a alternativa correta.

- A) A impetração do habeas corpus obstará o processo, desde que este não esteja em conflito com os fundamentos daquela.
- B) A superveniência da sentença condenatória não prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em habeas corpus.
- C) Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.
- D) Cabe habeas corpus ainda que extinta a pena privativa de liberdade.
- E) Compete originariamente ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento de habeas corpus contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais.

Comentários:

Letra A – Incorreta. O habeas corpus não obstará o processo.

Letra B – Incorreta. A sentença condenatória prejudica, sim, o pedido do trancamento da ação penal por falta de justa causa. Nesse sentido: Súmula 648-STJ: A superveniência da sentença condenatória prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em habeas corpus.



Letra C – Correta. De acordo com a Súmula 691 do STF, não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

Letra D – Incorreta. Nessa hipótese, haverá perda do objeto.

Letra E – Incorreta. A competência é do Tribunal de Justiça local.

2) INSTITUTO AOCP - 2023 - MPE-RR - Promotor De Justiça Substituto - Inconformado com indiciamento em inquérito policial, sem motivo plausível determinado por autoridade policial, o investigado, de próprio punho, impetrou pedido de ordem de habeas corpus. Posta essa questão, é correto afirmar que

A) agiu corretamente o paciente, em face de notório constrangimento ilegal.

B) agiu equivocadamente o paciente, pois a decisão é passível de recurso em sentido estrito.

C) agiu equivocadamente o paciente, pois o pedido de ordem de habeas corpus não é o instrumento idôneo para a solução da questão.

D) todas as alternativas estão incorretas.

Comentários:

Letra A – Incorreta. Segundo jurisprudência do STJ, o mero indiciamento em inquérito policial não caracteriza constrangimento ilegal reparável via habeas corpus, já que não seria ato capaz de ameaçar, de modo atual e iminente, o direito de locomoção. Todavia, será constrangimento ilegal, se realizado o indiciamento se reputado abusivo ou realizado após o recebimento da denúncia.

Letra B – Incorreta. Não há previsão de recurso.

Letra C – Correta. O HC é o instrumento cabível para promover o trancamento do inquérito policial, porém não em qualquer situação. Segundo o STF, apenas será possível em situações excepcionabilíssimas, a exemplo de quando estiver categoricamente demonstrada a atipicidade da conduta ou a presença de alguma causa extintiva de punibilidade.

Letra D – Incorreta. A assertiva C é correta.

3) INSTITUTO AOCP - 2022 - DPE-PR - Defensor Público - A respeito do habeas corpus, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

I. A Defensoria Pública impetrou habeas corpus em favor de réu em processo penal, alegando a ausência de justa causa para a acusação, posto que baseada em elementos de informação obtidos em busca e apreensão ilegalmente realizadas. Antes do julgamento do mérito do habeas corpus, foi proferida sentença condenatória. Nesse caso, não haverá prejuízo ao julgamento do habeas corpus.



II. João foi condenado definitivamente ao cumprimento de pena de 3 anos de reclusão e 10 dias-multa, a ser cumprido em regime inicial semiaberto. Finalizado o cumprimento da pena privativa de liberdade, João procurou a Defensoria Pública, alegando que não possui recursos financeiros para pagar a multa aplicada e, por causa de seus antecedentes, não consegue emprego. Nesse caso, por se tratar de dívida de valor submetida ao regime de execuções fiscais, a Defensoria Pública poderá impetrar habeas corpus, requerendo a declaração da extinção da punibilidade.

III. O Ministério Público do Estado do Paraná instaura, de ofício, procedimento investigatório direcionado a apurar a prática reiterada de crime de receptação supostamente praticado por Carlos. O procedimento tramita há 8 anos e, até a presente data, não houve oferecimento de denúncia. Carlos procura a Defensoria Pública alegando prejuízos de ordem moral e material decorrentes da persistência da investigação contra sua pessoa. Nesse caso, o membro da Defensoria Pública deverá impetrar habeas corpus, perante o Juízo de primeiro grau, postulando o trancamento da investigação preliminar.

IV. O habeas corpus não comporta legitimação extraordinária, pois se trata de remédio constitucional que pode ser impetrado por qualquer pessoa, sem auxílio de advogado.

V. Augusto, professor de nível primário, foi denunciado por suposto estupro de vulnerável. O Ministério Público requereu sua prisão preventiva, mas o Juiz indeferiu o pedido e decretou medida cautelar de afastamento da função pública. Nesse caso, a decisão não poderá ser atacada por habeas corpus, pois não há ofensa ao direito ambulatorial de Augusto.

- A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- B) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- C) Apenas a assertiva V está correta.
- D) Nenhuma assertiva está correta.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

Comentários:

A assertiva I está incorreta. A sentença condenatória prejudica o pedido do trancamento da ação penal por falta de justa causa. Nesse sentido: Súmula 648-STJ: A superveniência da sentença condenatória prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em habeas corpus.

A assertiva II está incorreta. Como foi finalizado cumprimento da pena privativa de liberdade, não há mais risco à liberdade de locomoção. A multa, por sua vez, como não poderá ser convertida em prisão, também não desafia a impetração de habeas corpus.



A assertiva III está incorreta. O objetivo do habeas corpus é o trancamento de uma investigação realizada por PIC, procedimento investigativo promovido por membro do Ministério Público. Nessas hipóteses, em que a autoridade coatora é um membro do MP, a competência para julgar o HC será do Tribunal de Justiça.

A assertiva IV está incorreta. Não há vedação em se impetrar HC em favor de uma terceira pessoa. Logo, a assertiva está incorreta.

A assertiva V está incorreta. É, sim, possível a impetração de HC para questionar medidas cautelares diversas da prisão, pois, se descumpridas, é possível que haja sua conversão em prisão preventiva, alcançando a liberdade de locomoção.

Dessa forma, temos que a correta é a Letra D.

4) INSTITUTO AOCP - 2020 - SEJUC - RR - Agente Penitenciário - Pedro, servidor público do Estado de Roraima, está preso sem justa causa na Cadeia Pública do Município de Boa Vista - RR. Considerando o disposto nos artigos 647 a 667 do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- A) Eventual habeas corpus em favor de Pedro poderá ser impetrado por seu cônjuge, ascendente, descendente, irmão, mas não por seu tio.
- B) Eventual habeas corpus em favor de Pedro poderá ser impetrado por seu cônjuge, ascendente, descendente, mas não por seu primo.
- C) Eventual habeas corpus em favor de Pedro poderá ser impetrado por seu cônjuge, ascendente, descendente, irmão, mas não pelo Ministério Público.
- D) Pedro não poderá impetrar habeas corpus em seu favor.
- E) Eventual habeas corpus em favor de Pedro poderá ser impetrado por qualquer pessoa, bem como pelo Ministério Público.

Comentários:

Letra A – Incorreta. Qualquer pessoa poderá impetrar HC.

Letra B – Incorreta. Qualquer pessoa poderá impetrar HC.

Letra C – Incorreta. Não há vedação ao Ministério Público.

Letra D – Incorreta. É, sim, possível a impetração de HC por parte de Pedro em seu favor.

Letra E – Correta. Trata-se da regra da universalidade consta no art. 654, caput, do CPP. Vejamos: *O habeas corpus poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público.*



5) INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES – Investigador - Sobre o habeas corpus, é correto afirmar que

- A) qualquer coação que parta de autoridade pública e constranja sujeito particular enseja a impetração de habeas corpus.
- B) a concessão do habeas corpus consequentemente obstará o processo, pondo termo no seu prosseguimento jurisdicional.
- C) o habeas corpus, embora classificado pela legislação processual penal brasileira como "recurso penal", é uma ação de impugnação de natureza constitucional.
- D) o habeas corpus poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, exceto pelo Ministério Público, órgão de natureza acusatória.
- E) apenas os tribunais colegiados têm competência para expedir de ofício ordem de habeas corpus, quando no curso de processo verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal.

Comentários:

Letra A – Incorreta. O habeas corpus terá lugar quando a coação ilegal atingir exclusivamente o direito a liberdade de locomoção. Logo, não é correto dizer "qualquer" coação.

Letra B – Incorreta. Não obstará o processo, pois este segue seu curso regular.

Letra C – Correta. O HC é o instrumento de impugnação constitucional previsto no art. 5º, LXVIII, da CF/88.

Letra D – Incorreta. Não há vedação ao MP, conforme art. 654, caput, do CPP: *O habeas corpus poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público.*

Letra E – Incorreta. Juízes de 1º grau também têm competência para tanto.



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok? Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. Defina habeas corpus, a sua classificação e natureza jurídica.
2. O que é considerado coação ilegal de acordo com o Código de Processo Penal?
3. João está provisoriamente preso. Seu advogado, por diversas vezes, pratica ato para tumultuar a instrução do processo. Decorridos dois anos de instrução, o processo ainda não foi julgado. Assim, o advogado do preso impetra habeas corpus informando que o seu cliente está preso por um período prolongado de tempo sem que o processo tenha sido julgado. A ordem deve ser acatada?
4. Quem são os sujeitos do habeas corpus?



5. É possível o pedido liminar em sede de habeas corpus?
6. No caso de o Governador do Estado do Rio de Janeiro ser coator, qual o órgão competente para o julgamento do habeas corpus?
7. O que se entende por habeas corpus substitutivo? Ele é aceito pela jurisprudência?
8. A superveniência de sentença condenatória faz com que o habeas corpus que estava aguardando ser julgado fique prejudicado?
9. É sabido que qualquer pessoa pode impetrar habeas corpus. Pergunta-se: é possível que um estagiário de direito faça a sustentação oral do habeas corpus que impetrou?
10. É cabível habeas corpus para o trancamento da ação penal?



Perguntas com respostas

1. Defina habeas corpus, a sua classificação e natureza jurídica.

O habeas corpus é uma ação autônoma de impugnação, com previsão constitucional no artigo 5º, LXVIII, da CF. Ele tem como objetivo a preservação ou o restabelecimento da liberdade de locomoção, que por algum motivo, foi ilegalmente violada ou está sendo ameaçada.

Apesar de estar inserido no capítulo dos recursos no Código de Processo Penal, sua natureza jurídica é de ação autônoma de impugnação.

Sua classificação se dá da seguinte maneira: habeas corpus repressivo ou liberatório e o preventivo. O primeiro é utilizado caso o constrangimento ilegal da liberdade de locomoção já tenha ocorrido. Neste caso, conforme o artigo 660, § 1º, do CPP, se a ordem for concedida, será expedido alvará de soltura. O segundo, preventivo, é utilizado no caso de existir receio de constrangimento ilegal à liberdade de locomoção. Mas, observe: o receio deve ser sério e concreto. Neste caso, concedida a ordem, expede-se o salvo-conduto, conforme o § 4º do artigo 660 do CPP.

2. O que é considerado coação ilegal de acordo com o Código de Processo Penal?

De acordo com o artigo 648 do CPP, é considerada coação ilegal a falta de justa causa, a prisão por tempo superior ao que determina a lei, a ordenação de coação por agente incompetente, quando cessado o motivo que autorizou a coação e o agente permanecer impedido de exercer o direito de locomoção, quando não se admitir fiança nos crimes em que ela é cabível, quando o processo for manifestamente nulo e quando já extinta a punibilidade o agente é ilegalmente coagido.

3. João está provisoriamente preso. Seu advogado, por diversas vezes, pratica ato para tumultuar a instrução do processo. Decorridos dois anos de instrução, o processo ainda não foi julgado. Assim, o advogado do preso impetra habeas corpus informando que o seu cliente está preso por um período prolongado de tempo sem que o processo tenha sido julgado. A ordem deve ser acatada?

A ordem não deve ser acatada. A jurisprudência do STJ entende que não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução provocado pela defesa. É o teor da Súmula 64 do STJ.



4. Quem são os sujeitos do habeas corpus?

São sujeitos do habeas corpus o paciente, o coator e o impetrante.

O paciente é quem sofre ou é ameaçado de sofrer o constrangimento ilegal. Somente pessoas físicas podem ser pacientes de habeas corpus. O coator pode ser tanto uma autoridade quanto um particular, uma vez que a Constituição Federal prevê que a violência ou a coação de liberdade de locomoção se dá por ilegalidade ou abuso de poder. O abuso de poder somente pode ser praticado por autoridade, mas a ilegalidade pode ser praticada tanto por um particular quanto por uma autoridade. E, por fim, o impetrante é qualquer pessoa do povo, inclusive o próprio paciente em seu favor.

5. É possível o pedido liminar em sede de habeas corpus?

Apesar de não existir previsão legal, a jurisprudência está consolidada no sentido de ser possível a concessão de medida liminar, se presentes o periculum in mora e o fumus boni iuris. Atente-se que o deferimento ou indeferimento da liminar é irrecurável e nem mesmo outro habeas corpus pode ser impetrado contra essa decisão, pois haveria supressão de instância. Contudo, o STF reconhece que na hipótese de flagrante ilegalidade do ato construtivo da liberdade, é possível a impetração de habeas corpus contra o indeferimento de pedido liminar.

6. No caso de o Governador do Estado do Rio de Janeiro ser coator, qual o órgão competente para o julgamento do habeas corpus?

De acordo com o artigo 105, I "c" da Constituição Federal, no caso de o governador ser o coator, o processo de habeas corpus deve ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

7. O que se entende por habeas corpus substitutivo? Ele é aceito pela jurisprudência?

Habeas corpus substitutivo de via ordinária recursal é o que ocorre quando o impetrante, ao invés de interpor recurso contra a decisão, opta por questioná-lo ajuizando novo habeas corpus dirigido à instância superior.

A jurisprudência se divide sobre o seu cabimento. O STJ e a 1ª Turma do STF não o admitem. Já a 2ª Turma do STF entende cabível a interposição do habeas corpus substitutivo.



8. A superveniência de sentença condenatória faz com que o habeas corpus que estava aguardando ser julgado fique prejudicado?

Existe divergência entre o STF e o STJ.

Para o STF, se, após o habeas corpus ser impetrado contra a prisão preventiva, o juiz ou o tribunal prolatam sentença ou acórdão condenatório e mantém a prisão anteriormente decretada, ocorrerá alteração no título prisional, e, assim, o habeas corpus impetrado contra a prisão antes do julgamento não deverá ser conhecido.

Para o STJ, a sentença penal condenatória superveniente somente prejudica o exame do habeas corpus quando contiver fundamentos diversos daqueles utilizados na decisão que decretou a prisão preventiva.

9. É sabido que qualquer pessoa pode impetrar habeas corpus. Pergunta-se: é possível que um estagiário de direito faça a sustentação oral do habeas corpus que impetrou?

Segundo o STF, o estagiário de direito pode impetrar o habeas corpus, mas não pode fazer sustentação oral de seu pedido. Para o STF, a sustentação oral é ato privativo do advogado.

10. É cabível habeas corpus para o trancamento da ação penal?

O habeas corpus é ação de rito célere e demanda prova pré-constituída dotada de absoluta certeza. Assim, ele só poderá ser instrumento para trancar a ação penal quando, excepcionalmente, manifestarem-se, e forma inequívoca e patente da inocência do acusado, da atipicidade da conduta e da extinção da punibilidade.



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1) INSTITUTO AOCP - 2022 - PC-GO - Agente de Polícia - Acerca da ação de ordem de habeas corpus, quando endereçado a órgãos judiciais colegiados em matéria penal, assinale a alternativa correta.

- A) A impetração do habeas corpus obstará o processo, desde que este não esteja em conflito com os fundamentos daquela.
- B) A superveniência da sentença condenatória não prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em habeas corpus.
- C) Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.
- D) Cabe habeas corpus ainda que extinta a pena privativa de liberdade.
- E) Compete originariamente ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento de habeas corpus contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais.

2) INSTITUTO AOCP - 2023 - MPE-RR - Promotor De Justiça Substituto - Inconformado com indiciamento em inquérito policial, sem motivo plausível determinado por autoridade policial, o investigado, de próprio punho, impetrou pedido de ordem de habeas corpus. Posta essa questão, é correto afirmar que

- A) agiu corretamente o paciente, em face de notório constrangimento ilegal.
- B) agiu equivocadamente o paciente, pois a decisão é passível de recurso em sentido estrito.
- C) agiu equivocadamente o paciente, pois o pedido de ordem de habeas corpus não é o instrumento idôneo para a solução da questão.
- D) todas as alternativas estão incorretas.

3) INSTITUTO AOCP - 2022 - DPE-PR - Defensor Público - A respeito do habeas corpus, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

I. A Defensoria Pública impetrou habeas corpus em favor de réu em processo penal, alegando a ausência de justa causa para a acusação, posto que baseada em elementos de informação obtidos em busca e apreensão ilegalmente realizadas. Antes do julgamento do mérito do habeas corpus, foi proferida sentença condenatória. Nesse caso, não haverá prejuízo ao julgamento do habeas corpus.

II. João foi condenado definitivamente ao cumprimento de pena de 3 anos de reclusão e 10 dias-multa, a ser cumprido em regime inicial semiaberto. Finalizado o cumprimento da pena privativa de liberdade, João procurou a Defensoria Pública, alegando que não possui recursos financeiros para pagar a multa aplicada e, por causa de seus antecedentes, não consegue emprego. Nesse caso, por se tratar de dívida de valor submetida ao regime de



execuções fiscais, a Defensoria Pública poderá impetrar habeas corpus, requerendo a declaração da extinção da punibilidade.

III. O Ministério Público do Estado do Paraná instaura, de ofício, procedimento investigatório direcionado a apurar a prática reiterada de crime de receptação supostamente praticado por Carlos. O procedimento tramita há 8 anos e, até a presente data, não houve oferecimento de denúncia. Carlos procura a Defensoria Pública alegando prejuízos de ordem moral e material decorrentes da persistência da investigação contra sua pessoa. Nesse caso, o membro da Defensoria Pública deverá impetrar habeas corpus, perante o Juízo de primeiro grau, postulando o trancamento da investigação preliminar.

IV. O habeas corpus não comporta legitimação extraordinária, pois se trata de remédio constitucional que pode ser impetrado por qualquer pessoa, sem auxílio de advogado.

V. Augusto, professor de nível primário, foi denunciado por suposto estupro de vulnerável. O Ministério Público requereu sua prisão preventiva, mas o Juiz indeferiu o pedido e decretou medida cautelar de afastamento da função pública. Nesse caso, a decisão não poderá ser atacada por habeas corpus, pois não há ofensa ao direito ambulatorial de Augusto.

- A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- B) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- C) Apenas a assertiva V está correta.
- D) Nenhuma assertiva está correta.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

4) INSTITUTO AOCP - 2020 - SEJUC - RR - Agente Penitenciário - Pedro, servidor público do Estado de Roraima, está preso sem justa causa na Cadeia Pública do Município de Boa Vista - RR. Considerando o disposto nos artigos 647 a 667 do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- A) Eventual habeas corpus em favor de Pedro poderá ser impetrado por seu cônjuge, ascendente, descendente, irmão, mas não por seu tio.
- B) Eventual habeas corpus em favor de Pedro poderá ser impetrado por seu cônjuge, ascendente, descendente, mas não por seu primo.
- C) Eventual habeas corpus em favor de Pedro poderá ser impetrado por seu cônjuge, ascendente, descendente, irmão, mas não pelo Ministério Público.
- D) Pedro não poderá impetrar habeas corpus em seu favor.
- E) Eventual habeas corpus em favor de Pedro poderá ser impetrado por qualquer pessoa, bem como pelo Ministério Público.



5) INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES – Investigador - Sobre o habeas corpus, é correto afirmar que

- A) qualquer coação que parta de autoridade pública e constranja sujeito particular enseja a impetração de habeas corpus.
- B) a concessão do habeas corpus consequentemente obstará o processo, pondo termo no seu prosseguimento jurisdicional.
- C) o habeas corpus, embora classificado pela legislação processual penal brasileira como "recurso penal", é uma ação de impugnação de natureza constitucional.
- D) o habeas corpus poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, exceto pelo Ministério Público, órgão de natureza acusatória.
- E) apenas os tribunais colegiados têm competência para expedir de ofício ordem de habeas corpus, quando no curso de processo verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal.



Gabarito

GABARITO



1. Letra C
2. Letra C
3. Letra D
4. Letra E
5. Letra C



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.